



## **A BNCC NO PANORAMA POLÍTICO E EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO: A GEOGRAFIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Manoel José da Silva Neto<sup>1</sup>

Gabriel Moraes Vianna<sup>2</sup>

Leonardo de Alexandria Machado<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O texto desenvolvido para este artigo visa compreender desde a presença de agentes neoliberais e empresariais ao longo de todo processo de produção e construção da educação nacional. Sobretudo no desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no seu papel normativo para o ensino brasileiro. Dessa forma, foi analisado o referencial teórico que trata da presença do discurso neoliberal da competitividade e do empreendedorismo de si dentro das escolas e das ferramentas de ensino promovidas por estes agentes. Assim, se notou que estes discursos extrapolam a esfera privada e penetram o ente público ao legitimar sua racionalidade na formação dos jovens estudantes. Acarretando em efeitos nocivos para a compreensão crítica de problemáticas sociais sobretudo no âmbito da Geografia. De forma que a BNCC se materializa como uma política pública que tem como foco o desenvolvimento metodológico por meio das habilidades e competências específicas que atendem apenas à interesses de grupos neoliberais para manutenção da sociedade de acordo com suas demandas. Cortando o caráter questionador latente e potente nos ensinamentos de Geografia. A tornando uma disciplina descritiva e tecnicista.

**Palavras-chave:** BNCC; Geografia; Políticas Públicas Educacionais; Neoliberalismos.

### **RESUMEN**

El texto desarrollado para este artículo quiere comprender desde la presencia de agentes neoliberales y empresariales a lo largo de todo el proceso de producción y construcción de la educación nacional. Principalmente en el desarrollo de la Base Comum Curricular (BNCC) y en su papel normativo para la enseñanza brasileña. De esta manera, fue analizado el referencial teórico que trata la presencia del discurso neoliberal de la competitividad y del emprendedorismo de si, dentro de las escuelas y de las herramientas de enseñanza promovidos por esos agentes. Así, se ha notado que esos discursos exceden la esfera privada y penetran el ente público al legitimar su racionalidad en las formaciones de los jóvenes estudiantes. Causando en efectos nocivos para la comprensión crítica de problemáticas sociales, principalmente en el ámbito de la geografía. De manera que la BNCC se materializa como una política pública que tiene como foco el desarrollo metodológico por medio de las habilidades e competencias específicas que sirven apenas a los intereses de grupos neoliberales para mantenimiento de la sociedad de acuerdo con sus demandas. Cortando el carácter questionador latente y potente en la enseñanza de geografía, haciendo que sea una disciplina descriptiva y tecnicista.

**Palavras-chave:** BNCC; Geografia; Políticas Públicas Educativas; Neoliberalismos.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Linha de Ensino em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, bolsista CAPES, mano.geo.neto@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Linha de Ensino em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, bolsista CAPES, gabrielvianna95.gv@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Linha de Ensino de Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, alexandrialeo1@gmail.com.

O meio Técnico-Científico-Informacional proposto por Santos (2008), expõe e nos permite analisar o constante processo de modificações tecnológicas disponíveis e realizadas atualmente no mundo. Dentre estas, muitas estão ligadas às práticas sociais de convívio, identidades, desejos, trabalho e nas relações entre as pessoas.

Dessa forma, novas roupagens se apresentam à educação, com suas características cada vez mais pautadas na lógica neoliberal. Assim, a produção dos espaços na contemporaneidade é, majoritariamente, pautada pela ótica empresarial produtivista. Ao se tratar de modificações que afetam a dinâmica da sociedade, é necessário destacar o lugar da escola nesse contexto.

Essa compreensão se faz pelas facetas conotativas dos discursos do governo à frente do estado brasileiro, proferidas pelo Ministério da Educação (MEC) em deliberar políticas públicas educacionais para todas as escolas a nível nacional.

Dentre elas, destaca-se a introdução de uma base nacional comum, atingindo todas as etapas educacionais. Além disso, os currículos escolares e os saberes que envolvem a escola, são cada vez mais direcionados aos interesses dos agentes do mercado e de suas manobras, as marcas de tais processos estão materializadas nas instituições educacionais.

Sobretudo, notamos que é proveniente de políticas públicas propostas pelo governo na qual possibilitam a inserção, proteção e regulamentação de mecanismos de controle e de precarização, além de propiciar abertura de novos espaços para empresários nas mais diversas áreas da iniciativa pública.

Aos poucos eles vão ocupando novos lugares como, por exemplo, na deliberação de noções privatizadoras e de engessamento para os currículos das escolas públicas brasileiras. Dessa forma, partimos da perspectiva da compreensão do currículo enquanto espaço materializador dos saberes escolares para além da proposta conteudista de um ensino clássico.

O compreendemos como artefato temporal e espacial que possibilita uma amplitude de compreensões e significados perante as ações, condutas, procedimentos, conteúdos e normatizações que tanto interfere na vida dos professores, dos estudantes e da sociedade (Veiga-Neto. 2002).

Dá-se então a necessidade de se realizar a análise dos currículos escolares que envolvem a Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental, a fim de compreender o direcionamento que ela poderá sofrer diante da introdução desta política pública nas escolas brasileiras.

Assim o currículo é marcado pelo conjunto de necessidades trazidas pelos grupos que constituem a sociedade, direcionadas para a escola buscando a formação de indivíduos aptos a viverem em sociedade, respeitando as leis, regras, valores e possibilitando sua inserção social ou seja, o currículo que esteja e seja formulado no chão da escola.



Compreendo que tais direcionamentos para o currículo escolar incida diretamente sobre os corpos dos estudantes, que reverberam não apenas no âmbito educacional, mas que ultrapassa os muros das escolas até atingirem a vida dos alunos como um todo.

Surge então a necessidade de se realizar análise dos currículos escolares que envolvem os anos finais do ensino Fundamental e para que se tenha uma compreensão sobre o direcionamento das políticas públicas de formação de professores, após a introdução da base nas escolas.

Diante de tais narrativas, emerge uma diversidade de questionamentos sobre a introdução da BNCC para todas as escolas a nível nacional. Quais os impactos de uma reorganização curricular que tende a padronizar o que será ensinado em todas as escolas, sabendo que as realidades e os indivíduos são distintos? A quem serve a BNCC? O que justifica uma formação, desde cedo, voltada para o mundo do trabalho?

Essa pesquisa é um importante passo para identificar quais estratégias tanto metodológicas, discursivas como curriculares contidas na BNCC, viabilizarão e conduzirão a uma formação geográfica de sujeitos destinados a sobreviver numa lógica neoliberal de governo, encabeçadas pelo Estado.

O objetivo geral da pesquisa, é analisar a Geografia na BNCC - Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), situando politicamente a BNCC no contexto educacional brasileiro e problematizando a operacionalidade das competências e habilidades geográficas propostas para a etapa. Como objetivo específico, busco contextualizar a BNCC no panorama político e educacional contemporâneo, tomando como referência as práticas de governmentação que operam para sua implementação.

Portanto, esse trabalho apresenta as seguintes etapas estruturais: Metodologia, tendo como objetivo descrever o procedimento investigativo; Resultado e Discussão, apresenta os resultados obtidos e a sua discussão e as Considerações Finais, apresenta os encaminhamentos do trabalho.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico no Portal Periódicos, tendo como objetivo identificar os autores e conceitos que pudessem dar o aporte teórico necessário para a pesquisa. Dessa forma, compreendemos que Foucault (1996, 1999), Oliveira (2019), e Veiga-Neto (2002, 2008) são autores fundamentais para a compreensão da relação entre Estado e agentes empresariais que permite relações desiguais por meio do poder, da disciplina e da biopolítica dentro do campo escolar, tendo como recorte a Geografia dos Anos Finais na BNCC.

Nesta investigação, os estudos culturais possibilitam reorganizar os enunciados da

BNCC, no que tange a precarização seguida pelos moldes culturais que hegemonizam populações e unificam saberes e práticas.

Desse modo, posicionar a BNCC na pesquisa, é posicionar as deliberações para os diversos sujeitos que estão em contato com as novas reformulações curriculares. Assim, a pesquisa segue para que possamos nos aprofundar na compreensão das diferenças entre Estado e Governo (Rocha, 2008), das relações entre Estado, Governo e Mercado, dos currículos escolares na influência neoliberal na Educação, utilizando as análises discursivas foucaultiana.

Através do processo de amadurecimento e reorganização destes conceitos, se inicia e se elabora a principal problematização da pesquisa vinculada à BNCC. Foram realizadas as leituras da Lei nº 9.394 de 1996, relacionadas a Diretrizes Bases da Educação (LDB), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e de toda a BNCC, do que se trata o Currículo Escolar e qual a relação da Geografia com esses elementos já citados, buscando compreender a importância deles para a sociedade, para a Escola, para os estudantes e para o Estado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Notamos que o governo que esteve à frente do Estado brasileiro entre 2019 e 2022, atuou perante uma lógica neoliberal. O que não exclui seus antecessores de se valerem desta roupagem. Assim ele se posicionou cada vez adentro das práticas neoliberais contemporâneas, no que se diz respeito à privatização e precarização da atividade pública, tendo como respaldo o contexto econômico deste modelo como propulsor dessas alterações, segundo Oliveira (2019, p. 38).

O neoliberalismo marca, nesse sentido, a sobreposição de diferentes tecnologias políticas que atuam articuladas e constituem juntas, uma rede de práticas, discursos e instituições voltadas para a capitalização das diferentes instâncias e contextos de vida de sujeitos e populações.

Tais prerrogativas sobre o neoliberalismo possibilitam a inserção de uma ótica privatizadora e mercadológica, tendo como alvo a vida e as subjetivações dos sujeitos, realocando as funções básicas do Estado para a iniciativa privada e a venda de grandes estatais para esses grupos. Assim, o Estado, como principal elaborador de políticas públicas, desenvolve mecanismos que visam a realização da mentalidade empresarial para todos os serviços sociais. Sobre tudo a educação.

Esse processo de pactuação neoliberal, acarreta a deslegitimação do ambiente público por meio dessas políticas. Esse resultado se dá por conta das barganhas que tem como plano de fundo o favorecimento do mercado contra a bem-estar social, gerando novas políticas públicas que reafirmem novos mecanismos individualistas e precários. Para Sampaio, Santos e



Mesquita (2002, p. 07) “A privatização representa, também, a liberação de compromissos do Estado, a tecnização das empresas (com o conseqüente desemprego) e, é claro, a redução dos serviços prestados pelo Estado”.

Nesse sentido, o ente público passa a agir de acordo com a lógica neoliberal, criando mecanismos de proteção, regulação e financiamento para esses agentes, se utilizando do seu aparato legal e judicial para efetivar essa inserção por meio de novas políticas públicas, em decorrência disso acaba tornando assim mínimo e ausente.

Outro forte elemento que se intensifica e fortalece, é a constata inserção da lógica competitiva na sociedade, prática inerente aos ideais de mercado. Desde novos, somos ensinados a fazer e agir de forma a beneficiar a mentalidade competitiva e empreendedora de si, reforçando as relações de poder e barganha do Estado junto as empresas e empresários neoliberais, perante a dominação dos nossos corpos. Nas palavras de Oliveira (2019, p. 26)

Na perspectiva do Estado governamentalizado, as ações políticas necessitam de uma plasticidade, no sentido de articularem as incisões sobre o indivíduo, com comandos para os diferentes grupos populacionais de que faz parte. Projeta-se uma rede de subjetivação que age em vários níveis sobre sujeitos e populações no sentido de conduzir as condutas. Somadas às tecnologias disciplinares, o desenvolvimento de práticas discursivas e não-discursivas voltados para constituição de verdades sobre a vida biológica possibilitou a implementação de tecnologias de poder que visam o corpo coletivo, a população.

Tais direcionamentos afloram na sociedade no âmbito de que o sentido de liberdade é apenas conotativo, se tornando algo meramente figurado, totalmente desconexo com sua etimologia. Se restringem a quem consegue se desdobrar por meio de lacunas espaciais, das tais ações neoliberais, pelo fato de que, os beneficiários, nunca estarão dentro de uma “sinuca” que legitima por base da exploração e da competitividade.

Temos assim o surgimento de um sujeito, ou seja, emerge em meio as práticas de controle e dominação dos corpos e das suas subjetivações, um tipo específico dotado de desejos, necessidade de ascensão social e de vitória. Esse sujeito é completo de necessidade de buscar cada vez mais em ser o melhor, o que mais se destaque dos demais no ambiente de trabalho.

Outro ponto importante é a formulação desse sujeito. O sujeito neoliberal tem em seu corpo a individualização das relações sociais. Assim, ele adota em seu corpo, comportamentos individualizantes, onde as relações agora no ambiente de trabalho se configuraram em competição. É necessário que um seja melhor que o outro para ser promovido e se destacar dos demais.

Na medida em que o sujeito agora dentro do molde neoliberal, começa a agir perante esses deliberamentos que atinge seu corpo, mas não é apenas o corpo que é atingido, temos também a desregulação das entidades trabalhistas.

Assim as práticas neoliberais atingem os sindicatos, tornados cada vez mais fracos e com menos poder de atuar perante os novos alinhamentos das jornadas de trabalho, de férias e

renumeração. Tudo agora será pautado entre o sujeito e o empresário, uma relação totalmente vertical, de cima para baixo.

Resultando no combate corpo a corpo, onde o mais apto se sobressairá do mais fraco. Essa disputa de corpos, pautados a buscar oportunidades em meio a uma sociedade resultante dos moldes perante a lógica neoliberal, só quem se adequar a essas dobras, se tornando assim um vencedor ou apenas mais um que se alinhou a esse sistema e as suas práticas de dominação das subjetividades.

Tais práticas se efetivam graças as políticas tidas como públicas, mas que na verdade beneficiam o mercado e seus agentes, possibilitando o direcionamento de recursos e ações que realocam os sujeitos, os inserindo dentro dessa lógica neoliberal.

No que se refere às políticas públicas destinadas ao campo educacional, percebemos que a relação entre o Governo e o Mercado, é marcada pela formulação de políticas educacionais, sendo almejadas para sua adequação ao modelo neoliberal e ao mundo do mercado, a educação na modernidade como o principal alvo desses agentes, reproduzindo assim a narrativa de que tudo que é público não funciona bem, e que deve ser privatizado.

As políticas ditas como públicas, no contexto educacional trafegam na via de uma ambígua relação, na qual gera uma duplicidade de benefícios aos agentes do mundo do mercado. Essa duplicidade de benefícios, ocorrem na necessidade do aparato legal para instalarem a semente neoliberal no âmbito escolar.

Em segundo, se utilizam de discursos de valorização da educação por meio de programas e projetos que tem como gêneses as políticas públicas elaboradas e implementadas pelo Estado, que possibilitam a junção e a parceria entre o público e o privado.

Adentrando na BNCC, dentro do espaço destinado Ciências Humanas, Geografia, é conduzida para o desenvolvimento de uma formação precária, preconizada no engessamento de determinados saberes perante habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a trajetória de formação dos estudantes.

Notório perceber que a base se desloca no território brasileiro por meio de suas práticas discursivas uma vastidão de conteúdos e procedimentos necessários a serem cumpridos, que impõem o desenvolvimento das diversas áreas de estudo, não só para a Geografia por meio das habilidades e competências. Dessa forma, a diversidade de análises geográficas contidas em tal documento, possibilita um deslocamento teórico e de certa forma conteudista, na qual observamos em quase todo o documento.

Sobre as elucidações teóricas iniciais perante a Geografia escolar, podemos citar segundo tal documento, a importância de estudar Geografia na educação básica, reafirmando assim, que “Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas

distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta”. (Brasil, 2018, p. 359).

A importância de se compreender o mundo não apenas a sua episteme de surgimento e formação, (da litosfera, biosfera, hidrosfera e atmosfera,) mas também compreender que as ações do homem o direcionam como agente fundamental no processo transformação do seu meio, sendo esse fortemente discutido e problematizado pelos saberes relacionados a geografia escolar.

Para que ocorra a alteração do seu meio, em decorrência da ação do homem, é necessário que tais conceitos básicos do raciocínio geográfico, já estejam presentes nos sujeitos que estarão fazendo essas alterações e que constituem a sociedade. Logo, tais conceitos (analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização, ordem) são imprescindíveis e necessários serem problematizados no que tange a formação de novos sujeitos que adentraram na sociedade, assim o raciocínio geográfico foi inserido a partir da modernidade, onde já eram e são fortemente utilizados, descritos segundo a BRASIL (2018, p.359) como

O raciocínio geográfico, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas.

O raciocínio geográfico é fundamental para que se tenha uma leitura do mundo e da sua realidade exercitando assim ao pensamento espacial, e suas possíveis análises por parte dos princípios geográficos. Assim, tais percursos nos levaram a racionalização e esquematização da Geografia e do seu saber como temos atualmente, então o homem da antiguidade que utilizava do senso comum perante a observação do seu meio para sobreviver agora na contemporaneidade se utiliza da problematização proveniente da racionalização e esquematização da geografia para realizar análises e alterações no espaço.

Destaco aqui, que não estou rotulando ou meramente direcionando, uma breve redução da importância da leitura do espaço perante uma visão do senso comum. Mas destaco que tais procedimentos foram decisivos para pensar (na maioria das vezes) as possibilidades de alteração do espaço e em detrimento de beneficiar a sociedade e gerar a sobrevivência.

Assim graças a leitura do espaço e das relações entre o homem perante a Ciência Geográfica trazida para a Escola, pela Geografia Escolar e problematizada pelos professores, por meio de metodologias e procedimentos que possibilitem adentrar na óptica do olhar geográfico no espaço, assim os alunos e alunas conseguiram tornar suas visões mais sensíveis em relação ao espaço, a sociedade e as relações que são exercidas diariamente. “Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. (BNCC, 2018, p. 359).

Logo, as análises são em decorrências de uma geografia na qual foi presente no seu

processo de formação na escola, sendo assim possibilitado pela construção do pensamento espacial. Podendo ser em decorrência de debates e problematização dentro da sala de aula, na escola, sendo possível pelos direcionamentos do currículo da escola, e das práticas pedagógicas de cada professor de geografia possibilitando assim o raciocínio geográfico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse horizonte analítico que escolhemos para traçar tais argumentações e pressuposto em problematizar as orientações e deliberações (im)postas pela Base Nacional Comum Curricular, foi imprescindível a utilização dos conceitos de Michel Foucault (1999) para poder visualizar tais condutas ocultas nos discursos da BNCC e os conceitos Currículo por Veiga-Neto (2002) para compreender profundamente a noção de Currículo e sua importância para a escola nessa contemporaneidade.

Mediante a isso, é importante posicionar uma linha compreensiva acerca do que é um discurso e o seu viés de credibilidade. Não existem discursos verdadeiros ou mentirosos. Eles são formulados e lançados no campo discursivo para que cada sujeito seja capturado por ele. Tornando assim seu corpo condutor e receptor para esses discursos, tendo em vista a existência de vários outros discursos que estão em combates a todo instante.

Sobre esses discursos, tentamos posicionar as propostas “ditas” como “políticas públicas” destinadas a melhoria da educação brasileira. Nessa via, acreditamos que as ditas dobras e orientações postas na BNCC não fortalecem a educação do país.

Ela direciona as escolas em um campo discursivo no qual aumenta ainda mais a precarização de sua estrutura, de seu corpo docente e discente, e enfraquece outras políticas públicas destinadas a educação. Pelo fato de que o Estado se encontra interlaçado entre as práticas neoliberais e os empresários desse sistema, que cada vez mais estão envolvidos em uma trama discursiva que busca gerar benefícios próprios.

Foi contextualizado a BNCC no cenário político e educacional brasileiro e global. Dentro das questões políticas, se fez necessário entendê-la como objeto resultante de uma política pública que tinha como discurso a melhoria da educação brasileira.

Por isso, foi pontuado o surgimento da base dentro de um governo com características neoliberais, bem como seus processos de aprovação e implementação em diferentes governos, sendo comprovado e materializado em seu histórico no site do MEC.

Dessa maneira, a Geografia dentro da BNCC na área de ciencias humanas, tem os saberes geográficos inseridos em um patamar de metodologias pautadas no desenvolvimento dos conceitos e conteúdos, baseando-se em habilidades e competências para cada etapa da escolarização.



Configurando assim o modelo educacional brasileiro em parceria com os agentes neoliberais, constituindo assim em suas referências alguns aspectos culturais marcantes da sociedade contemporânea. Especialmente aqueles ligados à formação do sujeito consumidor, empreendedor de si mesmo e deslocado das demandas espaciais do lugar em que vive.

As subjetividades culturais serão unificadas perante os currículos adotados para todas as escolas a nível nacional, reorganizando assim os currículos das escolas, possibilitando uma unificação, uma padronização e uma “desarticulação” com a realidade do país, no que podemos definir, como território curricular unificado perante a flexibilização dos corpos dos alunos, se tornando assim um dispositivo capaz de atingir os locais mais longínquos do Brasil.

A Geografia é uma das principais facetas de interpretação, problematização social dentro do universo escolar. É através dela, que os professores conseguem deslocar e transitar pela vastidão do conhecimento que ela possui e pela capacidade crítica e reflexiva em demonstrar os processos de exploração e subordinação da sociedade na sala de aula para os estudantes. Hora refletindo e pontuando as questões que se materializam perante a vontade e ação do homem, sendo esse produtor do espaço.

A geografia é a lupa investigativa social, onde os processos de exclusão são evidenciados pelas múltiplas facetas interpretativa que a compõem. A negação ou a precarização do raciocínio geográfico perante os estudantes nos currículos escolares, onde a ausência dela nos currículos escolares dentro da BNCC, desestabilizará uma futura geração que não terá como sentir, observar e reivindicar e se pôr como sujeito que compõem a sociedade dentro dessa nova reorganização social na qual chamamos de sociedade neoliberal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://domainpublic.files.wordpress.com/2023/02/ei\\_ef\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](https://domainpublic.files.wordpress.com/2023/02/ei_ef_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 28 fev. 2023.

**Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 de nov. 2023.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. **O livro didático de Geografia como estratégia de governo**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

OLIVEIRA, Adão Francisco; Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, F. A.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (org.) **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99. Disponível em <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>.

Acesso em: 20 jan. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1 de fevereiro de 2008. Disponível em <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/126/209>. Acesso em: 15 de mai. de 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura e Currículo**. Curso "Teoria e Prática da Avaliação na Escola Agrotécnica Federal do Sertão, RS, em convenio com a Faculdade de Educação da UFRGS. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/133/113>. Acesso em: 15 de mai. de 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008. 176 p.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. **Do Conceito de Educação a Educação no Neoliberalismo**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118078012.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

---

<sup>2</sup> Uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições que, desde 2013, se dedica a apoiar e monitorar a construção da implementação de qualidade da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Novo Ensino Médio. **Movimento pela Base**. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 02 mar. 2023.